

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2025

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 3º Quadrimestre do exercício de 2025 , conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF são publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 134.327.854,34, para uma previsão anual de R\$ 120.512.711,51.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	132.484.732,98	139.511,146,08	103,86%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	18.172.503,12	18.647.681,10	13,88%
Receita de Contribuições	3.196.802,65	3.544.673,94	2,64%
Receita Patrimonial	1.477.205,01	3.478.112,45	2,59%
Receita de Serviços	184.132,13	214.854,77	0,16%
Transferências Correntes	109.155.982,26	112.739.469,70	83,93%
Outras Receitas Correntes	298.107,81	886.354,12	0,66%
RECEITAS DE CAPITAL	1.410.742,13	8.978.075,02	6,68%
Operações de Crédito	0,00	596.570,15	0,44%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	10.742,13	5.511,96	0,004%
Transferências de Capital	1.400.000,00	8.375.992,91	6,24%
TOTAL	133.895.475,11	148.489.221,10	110,54%
(-) Dedução para o FUNDEB	12.302.763,60	12.563.505,90	9,35%
(-) Outras Deduções da Receita	1.080.000,00	1.597.860,86	1,19%
TOTAL	120.512.711,51	134.327.854,34	100,00%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada (empenhada), não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, até o quadrimestre, a importância de R\$ 135.785.167,42, que corresponde a 91,13% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplo, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	104.522.966,70	130.452.047,38	123.681.077,41	91,09%
Pessoal e Encargos Sociais	47.939.541,01	56.130.731,17	54.028.869,83	39,79%
Juros e Encargos da Dívida	1.000.100,00	2.358.559,75	2.301.559,45	1,70%
Outras Despesas Correntes	55.583.325,69	71.962.756,46	67.350.648,13	49,60%
DESPESAS DE CAPITAL	7.202.840,36	18.552.593,46	12.104.090,01	8,91%
Investimentos	5.247.690,44	16.436.133,70	9.987.714,22	7,36%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	1.955.149,92	2.116.400,00	2.116.375,79	1,56%
Res. Contingência	3.756.050,59	59,76	0,00	0,00%
TOTAL	115.481.857,65	149.004.640,84	135.785.167,42	100,00%

2.1.3 DESPESA DO PODER EXECUTIVO

O resultado da despesa empenhada do Poder Executivo foi R\$ 13.219.473,42 a menor em relação a despesa atualizada.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada (empenhada) pelo Poder Legislativo totalizou, até o período, a importância de R\$ 905.755,95, que corresponde a 56,70% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	3.825.853,86	1.555.853,86	900.576,39	99,43%
Pessoal e Encargos Sociais	2.733.647,11	1.063.647,11	661.262,85	73,01%
Outras Despesas Correntes	1.092.206,75	492.206,75	239.313,54	26,42%
DESPESAS DE CAPITAL	1.205.000,00	41.462,05	5.179,56	0,57%
Investimentos	1.205.000,00	41.462,05	5.179,56	0,57%
TOTAL	5.030.853,86	1.597.315,91	905.755,95	100,00%

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o 3º quadrimestre, foi de R\$ 31.558.807,18, para uma previsão de R\$ 26.309.288,49. Ou seja, a receita realizada no período apresentado, representa 19,95% superior a receita prevista.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	16.441.240,15	22.454.085,26	71,15%
Receita de Contribuições	5.200.084,15	4.769.864,53	15,11%
Receita Patrimonial	9.835.510,09	17.075.304,25	54,11%
Outras Receitas Correntes	1.405.645,91	608.916,48	1,93%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	9.868.048,34	9.104.721,92	28,85%
Contribuições Sociais	5.568.048,34	4.826.382,45	15,29%
Outras Receitas Correntes	4.300.000,00	4.278.339,47	13,56%
TOTAL	26.309.288,49	31.558.807,18	100,00%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada (empenhada) pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 12.601.238,93, que representou 47,90% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	14.336.137,52	14.336.137,52	12.601.238,93	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	13.790.000,00	13.790.000,00	12.274.053,90	97,40%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	546.137,52	546.137,52	327.185,03	2,60%
Res. RPPS + Res. Contingência	11.973.150,97	11.973.150,97	0,00	0,00%
TOTAL	26.309.288,49	26.309.288,49	12.601.238,93	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 18.957.568,25.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

31/12/2024	31/12/2025	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
119.769.967,78	139.158.592,07	19.388.624,29	16,19

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do Relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL para o cálculo da Despesa com Pessoal apurado no mês de Dezembro/2025 é de R\$ 124.285.365,13.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 56.148.924,61, valor este que corresponde a 45,18% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está abaixo do limite de alerta:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,30%
- Limite de Alerta: 48,60%

3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 661.262,85, valor este que corresponde a 0,53% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

- Limite Máximo: 6%
- Limite Prudencial: 5,70%
- Limite de Alerta: 5,40%

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município possui o valor de R\$ 12.394.836,73 inscrito na Dívida Consolidada até o fechamento do 3º quadrimestre do corrente ano, que corresponde a 9,92% da Receita Corrente Líquida para cálculo do endividamento que é de R\$ 124.944.177,13.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

Até o período, houve despesa com juros da operação de crédito no valor de R\$ 2.301.559,45 (1,84% da RCL).

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o período avaliado, o Município não contratou operação de crédito.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos, para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional, que totalizou R\$ 78.270.274,79 no período, e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo:

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Saúde	11.740.541,22	15,00
Aplicação em Saúde	20.061.068,42	25,63
Aplicado a Maior em Saúde	8.320.527,20	10,63

3.8 APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo. Para a educação, a base de cálculo para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional é R\$ 83.096.006,86.

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Educação	20.774.001,72	25,00
Aplicação em Educação	23.650.994,56	28,46
Aplicado a Maior em Educação	2.876.992,84	3,46

3.9 APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

O Município atendeu o dispositivo legal que estabelece que, no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados no pagamento de profissionais que atendam os alunos da educação básica. A aplicação do recurso é demonstrada na tabela abaixo:

Receita do FUNDEB no período	36.013.590,50
GASTOS C/ PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.231.640,12
Percentual aplicado em pessoal	86,72%

PREFEITO: FABIEL PORT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: FERNANDO BECKER

CONTADORA: HELENA SARTORI

Três Coroas, 23 de Fevereiro de 2026.